Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, na sala de sessões do edifício da Junta de Freguesia da Raimonda, reuniu a Assembleia de Freguesia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação das atas das Assembleias ordinária e Extraordinária anteriores;

2 – Apreciação e votação do inventário de Bens, Direitos e Obrigações da Junta de Freguesia à data de 31/12/2019;

3 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2019;

4 – Apreciação e votação do Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019;

5- Apreciação e votação da proposta de Delegação de Competências para o ano de 2020;

6- Apreciação e votação da retificação ao Orçamento de 2020 e ao Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2020/2023.

7- Atividade corrente

8– Outros assuntos.

Foi aberta a sessão, às vinte e uma horas, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, estando presentes os seguintes membros:

- O Presidente – Rui Pedro Duarte de Sousa.

- 1ª Secretária – Vera Sílvia Meireles Martins

- 2ª Secretária- Liliana Soraia Oliveira Santos

- Membros - Fernando Venâncio Ribeiro Martins, José Luís Soares Martins, Verónica Alexandra Ribeiro Coelho em substituição do elemento do Partido Socialista João de Sousa Meireles, Hélder Roberto Moura Gonçalves, Maria Alcina Silva Neto, Ulisses Agostinho Borges Morais em substituição do elemento do Partido Social Democrata Rui Cândido da Cunha Andrade.

Participaram ainda na sessão os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia:

- O Presidente – Jocelino Gonçalves Moreira

- O Secretário – António Manuel Martins Valente dos Santos

- A Tesoureira - Ana Cristina Meireles Martins

O Presidente da Mesa antes da ordem de trabalhos, começou por explicar que dada a situação de pandemia por Covid 19, não havia público a assistir à sessão e foram tomadas precauções, como o distanciamento dos elementos e o uso de máscara de proteção.

Ponto número Um: Apreciação e votação das atas das Assembleias Ordinária e Extraordinária anteriores;

As atas foram enviadas atempadamente a todos os presentes, não houve nenhuma sugestão de alteração, pelo que se passou à votação, tendo sido a Ata Ordinária aprovada com sete votos a favor e duas abstenções dos elementos Verónica Alexandra Ribeiro Coelho e Ulisses Agostinho Borges Morais e a Ata Extraordinária aprovada com sete votos a favor e duas abstenções dos elementos Verónica Alexandra Ribeiro Coelho e Ulisses Agostinho Borges Morais.

Ponto número Dois: Apreciação e votação do Inventário de Bens, Direitos e Obrigações da Junta de Freguesia à data de 31/12/2019;

A tesoureira da Junta de Freguesia começou por dizer que as únicas alterações foram a aquisição de um fogão e de um jogo de panelas para a atividade do curso de cozinha, que ficaram disponiveis também para o ATL, dois microfones e uma mesa de som que foram colocados na capela mortuária, uma vez que os existentes já estavam deteriorados. Outra das alterações foi a aquisição de duas pedras mármore para colocar nas campas provisoriamente quando alguém é sepultado. Só haviam duas e houve necessidade de comprar mais duas. Não havendo nenhuma questão, este ponto foi levado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto número Três- Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2019;

A documentação relacionada com este ponto foi enviada previamente aos elementos da assembleia, tendo o Senhora Tesoureira da Junta de Freguesia dado uma explicação mais detalhada em relação a algumas rubricas. A Senhora Tesoureira referiu que houve algumas aquisições em termos de material de educação e desporto, como é o caso de vídeos promocionais, emissão do jornal, ofertas para o festival do rancho e para a festa dos bombos independentes. Em relação a despesas com instalações referiu o lixo, a limpeza, a luz. No que diz respeito à conservação de bens, mencionou a despesa com o funcionário da junta, pequenas obras entre elas a reparação de torneiras nas casas de banho, etc. No transporte mencionou que estão incluídos o transporte normal dos alunos do Centro Escolar, a viagem de finalistas e a viagem dos alunos do Centro Escolar para a patinagem, em Paços de Ferreira, no Natal. Em seminários e similares referiu as outras ofertas, o fim de semana cultural, o ATL e várias atividades que têm ao longo do ano. Em trabalhos especializados referiu despesas com o site, o computador e outras despesas de informática. Em outros serviços referiu a ANAFRE, e outras pequenas despesas que podem ser enquadradas neste ponto. Em despesas com Associações culturais e recreativas referiu que estão incluídas o Rancho, o Clube, a Associação dos 50, a Associação de Pais, e os dois grupos de bombos. No ponto escola referiu o material de limpeza disponível para a escola. Nas despesas de capital mencionou as instalações e serviços, do qual destacou as obras na capela mortuária e pequenas obras nas instalações pertencentes à junta. Em instalações desportivas e recreativas foram as obras na escola antiga. Em viadutos, arruamentos e obras complementares está incluída a Rua da Camela, algumas das iluminações led, etc. Nos parques e jardins foram obras no parque. Na sinalização e trânsito enquadram-se as placas que assinalam a entrada na freguesia e alguns sinais que foram alteradas. Em ferramentas e utensílios o biotriturador do qual ainda está a ser feito o pagamento e o ar condicionado que teve que fazer uma revisão, uma vez que já não era feita há uns anos. Foi explicado que na receita a grande alteração foi que dos 34000€ previstos que viriam da Câmara, só vieram 25000€, mas que foram compensados pelo dinheiro proveniente do cemitério, pois receberam uma entrada para a capela e receberam também um valor de uma capela no cemitério que estava em dívida desde 2009. O Senhor Presidente da Mesa perguntou se se tinham vendido muitas campas, ao que a SenhoraTesoureira respondeu que sim. Em relação a esta questão a Senhora Alcina Neto questionou se a dívida de 2009, relativa a uma capela, já estava toda paga ao que a Senhora Tesoureira respondeu que sim. Não havendo mais questões apresentadas, este ponto foi levado a votação e foi aprovado por unanimidade.

Ponto número Quatro- Apreciação e votação do Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019;

Foi enviada antecipadamente a documentação relacionada com este ponto. A Senhora Tesoureira da Junta esclareceu que se trata de um resumo da parte da despesa de capital. A senhora Alcina Neto referiu que uma boa parcela do investimento já tinha sido executado, mas que havia uma parte de construção do parque de lazer e requalificação do jardim da igreja que não tinha praticamente nada e que foi apresentado um saldo de 20.000 euros, porque não fizeram mais investimento nestas rubricas. A Senhora Tesoureira mencionou que o saldo de 20.000 foi obtido a 18 de dezembro de 2019, pelo que não foi possível fazer nenhuma dessas obras e justificou que está a ser usado para o cemitério. O Senhor Ulisses Morais perguntou se continuam a haver atrasos na entrega de verbas ou de onde veio esse valor e a Senhora Tesoureira respondeu que esse valor veio do pagamento da nova capela que está a ser construída no cemitério e que só veio nessa altura porque foi quando foi assinado o acordo e paga a entrada para a nova capela no cemitério e que o acordo foi pagar metade no início da obra e o restante na entrega da mesma. Não havendo mais questões colocadas, o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2019 foi levado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto número Cinco- Apreciação e votação da Proposta de Delegação de Competências para o ano de 2020;

O Senhor Presidente da Mesa começou por dizer que este ponto foi a principal razão para a realização desta Assembleia mais cedo do que o prazo limite permitido pela lei, devido aos prazos que o Executivo tinha para cumprir junto da Câmara Municipal. O Senhor Presidente da Junta explicou que na reunião da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2020 foi comunicado que a primeira tranche seria disponibilizada em junho. Mencionou também que não havia grandes diferenças em relação ao ano anterior. Não havendo questões, a proposta foi levada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade

Ponto número Seis- Apreciação e votação da retificação ao Orçamento de 2020 e ao Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2020/2023;

A Senhora Tesoureira da Junta de Freguesia deu os devidos esclarecimentos em relação a este ponto, referindo que a principal alteração, tal como já tinha falado na assembleia por videoconferência, foram as obras do cemitério que estavam incluídas em viadutos, arruamentos e obras complementares e passou a haver uma rubrica designada por cemitérios. O que houve de alteração é que tinham 20.000€ orçamentados para viadutos, arruamentos e obras complementares e que desse valor foram retirados 15.000€ que transitaram para a rubrica cemitérios, mas que já estavam destinados para esse fim. Dos 35.000€ da rubrica cemitérios, 15.000€ vinham transferidos da rubrica onde já estavam orçamentados (viadutos, arruamentos e obras complementares) e 20.000€ tiveram origem no saldo que transitou de 2019 e que irá ser utilizado em 2020. O valor de 1.167,04€ foi um acerto noutros serviços que podem ser necessários para qualquer obra que seja executada. Explicou ainda que o Orçamento se mantinha praticamente o mesmo que foi aprovado anteriormente. No plano plurianual aconteceu a mesma situação, mas que se mantém praticamente o mesmo que foi aprovado anteriormente. Não havendo questões apresentadas pelos presentes, a retificação ao Orçamento de 2020 foi levada a votação e foi aprovada com seis votos a favor e três abstenções da bancada Social Democrata. De seguida foi votado o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio 2020/2023 e foi aprovado com seis votos a favor e três abstenções da bancada Social Democrata. No final da votação o Senhor Hélder Gonçalves leu uma declaração de voto, que fica anexa à ata, como anexo 1. Após a leitura da declaração de voto, a Senhora Tesoureira disse que quando foi questionada pelo Senhor Rui Andrade na última assembleia extraordinária, relativamente ao cabimento orçamental, respondeu que esta despesa estava incluída na rubrica de viadutos, arruamentos e obras complementares pois não havia uma rubrica específica de cemitérios, e que o mesmo já tinha sido explicado na Assembleia Ordinária de Dezembro aquando da apresentação do orçamento para 2020, pelo que o que estava escrito na declaração de voto não é verdadeiro, pois existia cabimento para as obras no cemitério. Foi-lhe dito que estava nas obras complementares e que as obras de alargamento estavam a ser financiadas por esse valor que estava cabimentado. O Senhor Ulisses Morais respondeu que se a Senhora Tesoureira o disse, não estava escrito na ata que tinha sido aprovada e que para todos os efeitos o que prevalecia era o que estava escrito na ata e que ninguém a havia contestado. Referiu que não esteve presente nessa Assembleia mas lendo a ata não encontrava essa informação escrita. De seguida, a Senhora Alcina Neto disse que, independentemente do que a Senhora Tesoureira terá dito e que possa não estar espelhado na ata, dado que já passou algum tempo e a memória por vezes atraiçoa, o resto do procedimento por parte do Executivo não foi o mais adequado, pois uma obra desta envergadura nunca deveria ter sido incluída numa rubrica tão geral e que tinham feito já a questão na altura e a resposta ia dar ao mesmo e que nessa Assembleia por videoconferência tinham acautelado isso. Referiu ainda que o procedimento não teria sido o mais correto pois nunca se negaram a disponibilizar para estarem presentes nas assembleias e que ao virem dizer que aprovaram um projeto de alargamento sem o terem feito não era correto. O Senhor Ulisses Morais falou novamente da ata e da importância das atas relatarem o que aconteceu na verdade e que as atas às vezes não seriam feitas da melhor forma. O Senhor Secretário da Junta respondeu ao Senhor Ulisses Morais que de facto estava escrito em ata que tinha havido uma resposta ao Senhor Rui Andrade e passou a ler um excerto da ata extraordinária: “O senhor Rui Andrade questionou quem é que está a suportar o financiamento e que esta despesa não estava prevista no orçamento para o ano dois mil e vinte, sendo necessário fazer um orçamento retificativo. O Senhor Presidente respondeu que o cemitério é da responsabilidade da Junta de Freguesia, e que vai ser feito o orçamento retificativo, embora já estivesse previsto uma verba para o cemitério, nomeadamente, obras de melhoramento.” O Senhor Secretário da Junta disse ainda que não concordava com o argumento de que não estava prevista esta verba para investimento no cemitério, mencionado na declaração de voto da bancada social democrata e que não aceitava que o Executivo fosse posto em causa e que não foi omitida a referida verba para o cemitério. Referiu ainda que o Senhor Rui Andrade quando questionou relativamente a este ponto foi-lhe respondido e que não encontra mais nehuma questão que não tenha sido respondida, como a bancada social democrata refere. Referiu ainda que tinham cabimento para essa obra e por isso o fizeram e que criaram uma nova rubrica, mas que nunca o esconderam, como estavam a ser acusados, que criaram a rubrica e depois a reforçaram. O Senhor Ulisses Morais disse de seguida que o Senhor Presidente da Junta supostamente tinha dado uma entrevista a dizer que o projeto de alargamento tinha sido aprovado por unanimidade e que o mesmo não aconteceu. O Senhor Hélder Gonçalves disse que apenas falaram desta situação porque nunca deveria ter sido escrito num jornal uma informação sem que esta tenha sido falado na Assembleia que é o local indicado para o efeito. Nesta fase foram questionados pela senhora Secretária da Mesa no sentido de esclarecerem se o que se estava a discutir era o facto da ata não mencionar este ponto, quando já se tinha lido que estava mencionado na ata ou se estava a falar da entrevista ao jornal, que eram duas situações diferentes. O Senhor Secretário da Junta disse que não deu nenhuma entrevista ao jornal e que essa questão não era da responsabilidade da junta. O Senhor Ulisses disse que se um jornal escrevia essa informação sem ter feito nenhuma entrevista era grave, ao que o Senhor Secretário da Junta respondeu que grave é acusar o Executivo de falta de transparência quando sempre tiveram o cuidado de manter a Assembleia ao corrente e que já levaram documentos a votação, relacionados com este assunto que não tinham necessidade de fazer, portanto não aceita que insinuem ou digam de uma forma tão clara que o Executivo não respeita o órgão da Assembleia. De seguida a Senhora Tesoureira disse que tal como foi lido na ata pelo Senhor Secretário da Junta, estava lá referido que foi respondido ao Senhor Rui Andrade que havia uma verba específica que era nas obras complementares de onde estava a ser gasta essa verba e que ficasse portanto esclarecido que o Executivo não escondeu nada de ninguém. O Senhor Presidente da Junta disse que a bancada social democrata poderia apresentar uma moção de censura ao Executivo, caso o pretendesse, ao que o Senhor Hélder Gonçalves respondeu que estava contra a situação da notícia e que não falaram disso em lado nenhum e que não deveria sair uma notícia que não é verdadeira. O Senhor Presidente da Junta respondeu que não deu nenhuma entrevista ao Jornal Verdadeiro Olhar, sobre esse assunto e que se sentia indignado por acharem que o Executivo tinha escondido informação, pois nunca o fizeram e que acha que nesta situação do cemitério realizaram tudo com transparência. A Senhora Alcina Neto disse que não disseram, nem deram a entender que esconderam, só pediram que este processo deveria ser feito de outra forma. O Senhor Secretário da Junta disse que o que está escrito na declaração de voto não é isso, mas sim que o Executivo se pode dar ao luxo de tomar qualquer decisão pois esta será sempre aprovada, o que não é verdade. O Senhor Presidente da Mesa disse que foi abordado várias vezes, de modo informal, pelo Senhor Presidente da Junta no sentido de se marcar uma assembleia extraordinária mesmo porque havia intenção do Executivo em informar a Assembleia sobre as obras de alargamento do cemitério, mas que essa marcação foi sendo adiada pois, à data, havia muitas dúvidas de como proceder devido a estarmos em plena pandemia. A Senhora Tesoureira da Junta disse que as obras no cemitério estavam orçamentadas em obras complementares e que não estiveram a trabalhar sem cabimento. O Senhor Presidente da Junta sugeriu que, se necessário, o Senhor Presidente da Mesa questionasse o jornal em causa, no sentido de esclarecer esta situação e disse de seguida que enquanto for Presidente de Junta de freguesia, em nenhum momento irão esconder nada à Assembleia e em nenhum momento irão usurpar das suas funções, que não irão alargar caminhos sem autorização dos proprietários, não irão fazer obras que não estejam orçamentadas, não irão usar verbas que não têm, que isso pode ter sido feito no passado, mas que este Executivo não o fará.

Ponto número Sete- Atividade corrente

O Senhor Presidente da Junta referiu que a atividade corrente é um dos documentos que foi criado pelo presente Executivo e que pretende mostrar detalhadamente a atividade realizada pelo executio e que demonstra a transparência do Executivo. O Senhor Ulisses Morais referiu que o que está mencionado na atividade corrente é do conhecimento geral. O Senhor Secretário da Junta disse que este documento deita por terra a acusação de não respeitar a Assembleia, que esteve 8 anos na Assembleia como membro da oposição e nunca teve acesso a um documento destes. O Senhor Hélder Gonçalves disse que um caso é um caso e não estão a generalizar nem têm o direito de o fazer, que o Executivo não respeitou a Assembleia nesta situação específica do cemitério. O Senhor Presidente da Junta aproveitou para dizer que nota uma grande preocupação dos membros da oposição com as atas e com o trabalho das secretárias. O Senhor Ulisses Morais disse que se calhar por esse motivo é que já não estava presente há muito tempo a antiga secretária. A Senhora 1ª Secretária respondeu que não considera que esteja a fazer um mau trabalho e que as críticas ajudam sempre a melhorar. O Senhor Presidente da Junta solicitou que o Senhor Ulisses Morais concretizasse o que estava a dizer sobre a Secretária da mesa estar a faltar já há algum tempo, ao que o Senhor Presidente da mesa respondeu que a anterior secretária já tinha renunciado há algum tempo e que essa informação estava em ata e que foi por motivos profissionais

Ponto número Oito- Outros assuntos

O Senhor Venâncio Martins questionou o Executivo acerca de quando estaria prevista a colocação das luzes leds que faltavam. O Senhor Presidente da Junta respondeu que este assunto era da competência da Câmara Municipal , que conseguiram adquirir algumas lâmpadas a custo zero e substituiram algumas das lâmpadas em falta, no entanto a situação ainda está por resolver em outras ruas pois as lâmpadas que dispunham não eram as mais indicadas, pois eram de potência mais baixa e as ruas em que faltava a iluminação led não ficariam bem iluminadas. Referiu ainda que o Executivo da Junta tem questionado quem de direito sobre esta matéria, no entanto a mesma ainda não se encontra resolvida. De seguida, o Senhor Hélder Gonçalves parabenizou o Executivo pelas iniciativas desenvolvidas durante o tempo de confinamento, e mostrou a sua preocupação referindo que a situação de pandemia trouxe novas situações de carência, como é o caso de falta de material informático para os alunos, e questionou o Executivo se este tinha conhecimento do que estaria a ser feito neste sentido, e de que forma a comunidade conseguiria ajudar. O Senhor Presidente da Junta respondeu que o Executivo esteve atento às situações de carência, no entanto as ações realizadas não foram publicitadas. Os pedidos de ajuda foram recebidos diretamente através das pessoas com necessidades ou por intermédio da Câmara Municipal. O Senhor Presidente disse que os cabazes fornecidos pela Câmara foram sempre entregues, assim como máscaras e álcool gel, embora com o desconfinamento, algumas das pessoas já conseguem ir buscar. Em relação aos computadores a Junta deu uma ajuda silenciosa para preservar a dignidade e privacidade das pessoas. O Executivo contactou a Diretora do Agrupamento de Escolas António Taipa e a coordenadora do Centro Escolar de Raimonda e foram disponibilizados e distribuídos computadores existentes no Centro Escolar pelos alunos do primeiro ciclo que precisavam. Houve outras situações em que alunos de outros ciclos, ou seja 5º e 6º ano que não tinham computadores e que lhes foi dada autorização para irem buscar os computadores. Referiu ainda que haviam alguns outros casos de alunos, que não frequentavam a referida escola, que necessitavam de computador, pelo que conseguiram alguns computadores portáteis que foram formatados e cedidos aos alunos para que conseguissem assistir às aulas. O Senhor Presidente da Junta referiu que à medida que fossem surgindo casos de necessidade ou pedidos à junta que iriam tentar dar a resposta adequada. O Senhor Hélder Gonçalves questionou também o Executivo, se nos casos em que os alunos recebiam os computadores, se era assegurado que alguém explicava o funcionamento aos alunos, caso os pais não conseguissem auxiliar. O Senhor Presidente da Junta respondeu que hoje em dia, muitos alunos já sabem trabalhar com computadores, mas que não receberam nenhum pedido de ajuda nesse sentido, embora se tenham disponibilizado junto do Agrupamento e do Centro Escolar para o que fosse necessário. Referiu que chegou a ser contactado diretamente por uma diretora de turma para conseguir contactar um aluno. Mencionou também que foi disponibilizado, por parte da Junta, o acesso a fotocópias para quem necessitasse. O Senhor Ulisses Morais felicitou o Executivo, nomeadamente o Senhor Presidente da Junta, pela forma como lidaram com a pandemia e conseguiram encontrar formas de entretenimento para os raimondenses e também pela forma como fizeram sensibilização nos cafés para evitar a propagação do vírus, quando já se tinha conhecimento de um caso em Raimonda. Referiu também o facto de terem distribuídas máscaras, da ajuda nas situações que iam aparecendo, mantendo o anonimato e a privacidade das pessoas ajudadas. O Senhor Presidente da Junta disse que o Executivo funciona como uma equipa e que todas as decisões foram tripartidas. Referiu ainda que quando falou do caso de Covid em Raimonda, no dia 14 de março, foi no sentido de alertar as pessoas, uma vez que andavam muitos descontraídas e era necessário que as pessoas tivessem noção da realidade da situação e que nunca revelou a identidade da pessoa infectada pois não o poderia fazer, por uma questão de respeito e confidencialidade. Referiu também que nas duas semanas seguintes esteve sempre em articulação com o Senhor Padre Brito e com o comandante da GNR . Nada mais havendo a ser tratado, foi pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia encerrada esta Assembleia pelas vinte e duas horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob responsabilidade da 1ª Secretária Vera Sílvia Meireles Martins, que vai ser assinada nos termos da Lei por todos os presentes.

